

CULTURA

Cultura e política no desenvolvimento na primeira infância

Sara Harkness, PhD, Charles M. Super, PhD

University of Connecticut, EUA

Julho 2010

Introdução

As políticas são produtos culturais. Elas são produzidas utilizando conceitos compartilhados pelos membros de um grupo cultural e implementadas através de instituições baseadas na cultura. Seus efeitos se fazem sentir no laboratório natural da vida diária, em um meio cultural específico. Em consequência, as relações entre a cultura e a política no tocante ao desenvolvimento na primeira infância são íntimas, complexas e multifacetadas. Entender as formas da cultura e da política refletir e influenciar uma na outra deveria fazer parte do conjunto de ferramentas teóricas dos educadores, prestadores de cuidados de saúde e formuladores de políticas; porém, na realidade, a cultura e a política são raramente consideradas dentro do mesmo contexto. Examinar o contexto cultural de uma política é especialmente importante na época atual de modificações culturais rápidas e de globalização.

Assunto

Os efeitos culturais sobre o desenvolvimento na primeira infância constituem o foco de diversos artigos científicos que começam a ser publicados; utilizando constructos “ênicos” específicos de uma cultura ou propondo tipologias universais “éticas”, pesquisadores da área intercultural têm procurado descrever e entender as maneiras pelas quais as experiências diárias das crianças são moldadas pela cultura. Uma literatura científica própria tem tratado dos efeitos de políticas específicas sobre as crianças e suas famílias. Contudo, a cultura e a política se entrelaçam de diversas maneiras. Como as culturas, as políticas existem em vários níveis, de organizações nacionais e internacionais até grupos locais. Da mesma forma que as crenças culturais (os “modelos culturais” ou as “teorias étnicas”), as políticas também variam no tocante à sua formalização: algumas podem ser encontradas em manuais ou na legislação, enquanto que outras são simplesmente compreensões compartilhadas daquilo que se espera dos indivíduos em determinadas circunstâncias. Em geral, as políticas refletem valores compartilhados e, nesse sentido, fazem parte de uma cultura – ou mas precisamente, da cultura dominante numa determinada entidade social. Elas podem também ser instigadoras de uma mudança cultural e, nesse caso, podem ser polêmicas. As políticas são expressas em programas específicos, da mesma maneira que as crenças são exemplificadas pelas práticas. Finalmente, quando as políticas não são compatíveis com a cultura das famílias ou dos indivíduos que elas afetam, elas muitas vezes não funcionam como previsto.

Problemas

O principal problema que aparece no cruzamento entre esses dois conceitos bastante amplos, como em “cultura e política no desenvolvimento na primeira infância”, diz respeito à forma das ações que seguem uma política específica se encaixarem e moldarem – ou não conseguirem moldar – as tomadas de decisões familiares e as vidas diárias das crianças afetadas em contextos culturais específicos. A pesquisa relativa aos efeitos das políticas sobre as consequências para as crianças é normalmente realizada numa única cultura, dando-se pouca atenção aos mecanismos mediadores – isto é, aos comportamentos da família e da criança que ligam as ações das políticas aos processos desenvolvimentais. Porém, esses mecanismos envolvem crenças, valores e costumes organizados em função da cultura, permitindo assim que a política alcance sucesso sem ter que examinar a “caixa preta” da cultura.

Contexto da pesquisa

Os quadros ecológicos são úteis para entender a influência da política sobre o desenvolvimento das crianças. Na formulação clássica de Bronfenbrenner,¹ o ambiente da criança consiste em uma série de “sistemas” intercalados, do “microssistema” mais próximo, passando para o “mesossistema” e o “exossistema” que são sistemas intermediários, ao “macrossistema” geral. Como sugerido por Garbarino e seus colegas, o fato de reconhecer que diversos sistemas ligam o indivíduo à sociedade é fundamental, porque “concentra a atenção sobre o papel crucial da política em estimular, orientar e melhorar esses sistemas intermediários [o mesossistema e o exossistema] no interesse de práticas parentais mais eficientes”.²

O conceito de “nicho ecocultural” de Weisner³ considera também que a criança e a família são influenciadas por instituições sociais como assistência social, escolas e prestações para o atendimento às crianças.^{4,5} Esse modelo ressalta a questão central da adaptação familiar, incluindo sua capacidade em construir e manter uma rotina diária culturalmente significativa. O quadro do “nicho desenvolvimental” elaborado por Super e Harkness^{6,7} conceitualiza o ambiente da vida diária da criança composto de três subsistemas: os contextos físicos e sociais da vida diária da criança; os costumes e as práticas educativas; a psicologia das pessoas que cuidam das crianças, especialmente as etnoteorias parentais relativas ao desenvolvimento das crianças, das práticas parentais e da família.⁸ Os subsistemas interagem uns com os outros, e de forma mais ampla, com a cultura e as características de cada criança. Os quadros teóricos de Weisner³ e de Super e Harkness^{6,7} se prestam facilmente à análise da forma com que as políticas afetam os contextos diários da vida das crianças e as práticas de cuidados que elas vivenciam.

Perguntas chaves para a pesquisa

Do ponto de vista desses quadros ecológicos, quatro perguntas chaves para a pesquisa podem ser feitas em relação a qualquer política:

1. Qual é o contexto sociocultural da política? Quais são as crenças culturais – explícitas ou implícitas – que essa política reflete?
2. Através de quais abordagens específicas a política influencia a ecologia familiar ou o nicho desenvolvimental da criança? Quais são os aspectos das rotinas familiares e do nicho desenvolvimental afetados pelos novos programas?

3. Como os conhecimentos relativos à ecologia familiar ou ao nicho desenvolvimental da criança podem ser utilizados para avaliar o provável impacto de uma nova política sobre populações diferentes?
4. Uma vez a política implementada, como o fato de compreender o contexto cultural de sua aplicação pode ajudar a entender os motivos do seu sucesso ou seu fracasso?

Resultados recentes da pesquisa

Muitas vezes, os estudos realizados nos Estados Unidos sobre crianças pequenas e orientados para as políticas descrevem padrões culturais do ambiente dessas crianças, porém, eles tendem a não serem reconhecidos como tais. Por exemplo, um relatório recente sobre a “mesa de jantar familiar” relata a brevidade e a raridade das refeições familiares e exorta “as comunidades a ... lançar campanhas públicas de informação no intuito de promover a importância das refeições em família e de trabalhar com as escolas para incentivar as famílias a se reunirem pelo menos uma noite por semana para jantar.”⁹ Uma abordagem ecológica levaria a considerar as seguintes questões: como a hora da refeição familiar se insere nas rotinas diárias da criança, qual é a importância do jantar familiar para os pais, ou como aspectos do ambiente mais amplo – incluindo as atividades extracurriculares das crianças, os horários de trabalho dos pais e outras prioridades sociais – podem afetar o jantar familiar enquanto prática cultural. Outro relatório sobre políticas mostra que os programas de visitas domiciliares parecem mais efetivos para as famílias latino-americanas que para as outras.¹⁰ Uma abordagem ecológica poderia explorar essa descoberta interessante para saber mais sobre as formas diferentes de enxergar essas visitas domiciliares por diversos grupos culturais.

A crescente diversidade cultural das crianças que vivem nos Estados Unidos é muitas vezes citada como motivo de políticas e de serviços culturalmente competentes,¹¹ e existe uma literatura científica cada vez maior sobre a necessidade da educação e de cuidados na primeira infância para os grupos de imigrantes. Todavia, as recomendações se concentram muitas vezes nos obstáculos linguísticos em vez de culturais para uma melhor integração das crianças imigrantes e de suas famílias em programas de parceria bem-sucedidos.¹² Em contraste, Garcia e Jensen¹³ propuseram um modelo multidimensional incluindo a cultura e as instituições socioculturais para entender o envolvimento das crianças latino-americanas no bem-estar das crianças.

Duncan e seus colegas⁴ forneceram um exemplo de integração da cultura e da política no seu estudo sobre o impacto do Projeto *Hope*, uma intervenção experimental para ajudar a transição de famílias pobres para empregos melhor remunerados e melhorar sua qualidade de vida. O projeto incluía um conjunto de benefícios – adaptados às necessidades específicas de cada família – destinados a preencher as lacunas dos serviços de assistência social no apoio às famílias. Utilizando o método antropológico clássico da etnografia, os pesquisadores acompanharam os altos e baixos das famílias ao longo dos três anos da intervenção, com o objetivo de entender os caminhos que levaram ao sucesso ou ao fracasso do programa para certas famílias. Eles descobriram que as famílias que, no início do projeto, não eram nem relativamente bem de vida nem cheias de problemas – isto é, as famílias que estavam a meio caminho entre as duas situações – foram as que tiraram mais proveito do programa. Eles concluíram que essas famílias foram bem-sucedidas porque foram capazes de integrar os novos serviços a suas rotinas diárias. Certos projetos de “pesquisa-ação” semelhantes a esse trabalho dão atenção às questões culturais com intervenções programáticas.^{14,15}

Pesquisas sobre políticas e crianças realizadas em outros países esclarecem as relações entre cultura e política. A diversidade das práticas e das políticas internacionais relativas à educação das crianças oferece uma maior escolha de possíveis opções para estudo do que aquelas disponíveis nos Estados Unidos (ou qualquer outro único país). Por exemplo nos Países Baixos, as políticas relativas ao parto incluem a disponibilidade universal de uma auxiliar pós-parto que passa cerca de 80 horas no domicílio da nova mãe durante o período imediatamente posterior ao parto para prestar os cuidados de saúde básicos para a mãe e o bebê, instruir a mãe a respeito dos cuidados com o recém-nascido e ajudá-la naquilo que for preciso. Uma pesquisa sobre as possíveis influências dessa política sobre a saúde e o bem-estar das mães e dos bebês poderia levar os Estados Unidos a considerar a implementação de políticas semelhantes.¹⁶

As pesquisas realizadas em outros países documentaram também a importância da adaptação cultural dos programas de intervenção precoce.¹⁷ Por exemplo, o programa *Home Intervention Program for Preschool Youngsters* (HIPPY)¹⁷ foi originalmente elaborado em Israel para melhorar a preparação à escola das crianças de famílias de baixa renda. Na Turquia, Kağitçibaşı¹⁷ acrescentou ao programa cognitivo relativamente estruturado um componente de “enriquecimento da mãe” que consolidou os valores tradicionais turcos de “parentesco” e introduziu o foco na “autonomia”, que os autores acreditam ser essencial para o sucesso diante das mudanças rápidas do ambiente moderno. Após quatro anos, os resultados das crianças mostraram os mesmos progressos que

aqueles observados em Israel e as mães melhoraram sua competência e sua autoconfiança. Por outro lado, a implementação de um programa semelhante nos Países Baixos, porém não tão bem adaptado aos múltiplos grupos de minorias culturais envolvidos, não teve efeitos globais nas mães nem nas crianças.¹⁸

O fato de prestar uma atenção especial aos mecanismos de mudança realça a importância do refino cultural na elaboração dos programas e das políticas. Por exemplo, uma adaptação sobre um período de três anos do programa original de desenvolvimento cognitivo *Perry Preschool* na Colômbia mostrou-se, de forma inesperada, praticamente tão eficaz quanto um complemento nutricional tomado durante o mesmo tempo para reduzir o atraso no crescimento no longo prazo.¹⁹ Uma análise *post-hoc* desse efeito, que não fazia parte do projeto original americano, apontou os aspectos do nicho desenvolvimental que intermediaram o resultado sobre o crescimento físico. Mais recentemente, um programa senegalês teve êxito em melhorar o preparo pré-escolar de crianças de três anos de idade ao recorrer deliberadamente a crenças e práticas locais dos pais relativas ao aprendizado precoce para promover habilidades especialmente importantes.²⁰

Esses exemplos ilustram dois pontos chave. Em primeiro lugar, o êxito dos programas para a primeira infância depende definitivamente da adaptação de seu conteúdo e das políticas às necessidades e práticas locais. Em segundo lugar, abordagens influentes específicas, mediadas pela cultura, podem variar de forma inesperada de um grupo para outro.

Um último exemplo ilustra outro ponto: uma vez que programas e políticas são produtos culturais, é possível transformar não apenas sua aparência externa, mas também seu objetivo final. O programa de televisão *Sesame Street* foi elaborado nos Estados Unidos com o objetivo específico de reforçar a preparação pré-escolar das crianças de famílias de baixa renda. Em consequência de seu sucesso comprovado,^{21,22} ele foi copiado em cerca de 20 outros países. A maioria das adaptações envolve mudanças óbvias de língua, nomes e personagens; mas à medida que o trabalho se estendia mais longe, especialmente em áreas de conflitos armados, o assunto central e a orientação foram também adaptados. Por exemplo, a emissão *Sesame Tree* da Irlanda do Norte enfatiza a cooperação e o compartilhamento tanto quanto o cálculo e a leitura, e a produção *Rechov Sumsum* de Israel visa estimular o respeito e a compreensão entre as comunidades.

Lacunas da pesquisa

A importância da “cultura”, da “competência cultural” ou da “sensibilidade cultural” é frequentemente evocada nas discussões políticas sem ir adiante na elaboração de uma forma de integrar a perspectiva cultural nas pesquisas ou no desenvolvimento de políticas. Isso vem pelo menos em parte do fato que os psicólogos que realizam a maior parte das pesquisas são formados para trabalhar no nível individual. Como Granger observou, “Nós concordamos quase automaticamente com a ecologia do desenvolvimento, porém, nossos modelos, nossas medições e pesquisas possuem quase sempre um ponto fraco no que diz respeito aos ambientes sociais. Trata-se de uma limitação séria porque se presume habitualmente que as políticas influenciam os indivíduos por intermédio dos ambientes”.²³

Conclusões

Da sua conceitualização até sua implementação e sua avaliação, as políticas constituem produtos culturais, ainda que esse fato não seja comumente reconhecido nas pesquisas e no discurso público. A globalização e a crescente diversidade cultural de muitas sociedades levantaram preocupações quanto à maneira de adaptar as políticas às diversas populações alvo. Os quadros ecológicos para o estudo do ambiente culturalmente construído da criança podem trazer informações sobre os esforços envidados para compreender por que e como as políticas são bem-sucedidas ou fracassam em situações específicas. O uso de um prisma cultural para examinar as políticas pode também ajudar a fazer a distinção entre os aspectos positivos universais do desenvolvimento da criança e aqueles que representam simplesmente o interesse corrente de uma determinada sociedade. Da mesma forma, a pesquisa intercultural sobre as políticas e seus efeitos sobre o desenvolvimento das crianças e suas famílias pode indicar uma escolha mais ampla de opções políticas que aquelas disponíveis na própria sociedade.

Implicações para os pais, os serviços e as políticas

As ideias e práticas dos pais relativas aos cuidados das crianças e o seu desenvolvimento são naturalmente moldadas por uma “sabedoria herdada” culturalmente constituída. Esses pressupostos estão incorporados nas práticas e políticas públicas dentro de um amplo espectro de instituições, incluindo a saúde, os serviços sociais e a educação. Uma maior consciência da variabilidade cultural nas práticas parentais e nos programas de desenvolvimento pode facilitar as coisas para os pais e para os imigrantes dentro de uma cultura dominante. Os prestadores de serviços podem se beneficiar de uma consciência cultural que vai além de aprender algumas generalizações muitas vezes inexatas, para tornarem-se etnógrafos das famílias que encontram.²⁴

Finalmente, a pesquisa sobre as políticas relativas às crianças deveriam integrar algumas perspectivas disciplinares para combinar a competência relativa e o desenvolvimento individual com o conhecimento da cultura e da maneira de estudá-la.

Referências

1. Bronfenbrenner U. *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press; 1979.
2. Garbarino J, Vorrasi JA, Kostelny K. Parenting and public policy. In: Bornstein MH, ed. *Practical issues in parenting*. 2nd ed. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc; 2002: 504. *Handbook of parenting*, vol 5.
3. Weisner TS. Ecocultural understanding of children's developmental pathways. *Human Development* 2002;45(4):275-281.
4. Duncan GJ, Huston AC, Weisner TS. *Higher ground: New hope for the working poor and their children*. New York, NY: Russell Sage; 2007.
5. Yoshikawa H, Weisner TS, Lowe ED. *Making it work: Low-wage employment, family life, and child development*. New York, NY: Russell Sage Foundation; 2006.
6. Super CM, Harkness S. The developmental niche: A conceptualization at the interface of child and culture. *International Journal of Behavioral Development* 1986;9:545-569.
7. Super CM, Harkness S. Culture structures the environment for development. *Human Development* 2002;45(4):270-274.
8. Harkness S, Super CM, eds. *Parents' cultural belief systems: Their origins, expressions, and consequences*. New York: Guilford; 1996.
9. The Society for Research in Child Development (SRCD). The Family Dinner Table: Implications for Children's Health and Wellbeing. *Social Policy Report Brief* 2008;22(4):2.
10. Astuto J, Allen L. Home visitation and young children: An approach worth investing in? *Social Policy Report* 2009;23(4):1-21.
11. Shonkoff JP, Phillips DA. *From neurons to neighborhoods: The science of early childhood development*. Washington, DC: National Academy Press; 2000.
12. Hernandez DJ, Denton NA, Macartney SE. Children in immigrant families: Looking to America's future. *Social Policy Report* 2008;22(3):1-22.
13. Garcia E, Jensen B. Early educational opportunities for children of Hispanic origins. *Social Policy Report* 2009;23(2):1-19.
14. Cooper CR, Brown J, Azmitia M, Chavira G. Including Latino immigrant families, schools, and community programs as research partners on the good path of life (el buen camino de la vida). In: Weisner TS, ed. *Discovering successful pathways in children's development: Mixed methods in the study of childhood and family life*. Chicago, IL: University of Chicago Press; 2005: 359-385.
15. Harkness S, Hughes M, Muller B, Super CM. Entering the developmental niche: Mixed methods in an intervention program for inner-city children. In: Weisner TS, ed. *Discovering successful pathways in children's development: Mixed methods in the study of childhood and family life*. Chicago, IL: University of Chicago Press; 2005: 329-358.
16. Cheng CY, Fowles ER, Walker LO. Postpartum maternal health care in the United States: A critical review. *Journal of Perinatal Education* 2006;15(3):34-42.
17. Kağitçibaşı Ç. *Family, self, and human development across cultures: Theory and Applications*. 2nd ed. Mahwah, NJ: Erlbaum; 2007.
18. Eldering L, Vedder P. The Dutch experience with the Home Intervention Program for Preschool Youngsters (HIPPPY). In: Eldering L, Leseman PPM, eds. *Effective early education: cross-cultural perspectives*. New York, NY: Falmer Press; 1999:

259-287.

19. Super CM, Herrera MG, Mora JO. Long-term effects of food supplementation and psychosocial intervention on the physical growth of Colombian infants at risk of malnutrition. *Child Development* 1990;61(1):29-49.
20. Super CM, Harkness S, Barry O, Zeitlin M. Think locally, act globally: Contributions of African research to child development. *Child Development Perspectives*. In press.
21. Cole CF. What difference does it make?: Insights from research on the impact of international co-productions of Sesame Street. *NHK Broadcasting Studies* 2009;7:157-177.
22. Fisch S, Truglio R, eds. *'G' is for Growing: Thirty years of research on children and Sesame Street*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.
23. Granger RC. Commentary. *Social Policy Report* 2005;19(4):9.
24. Harkness S, Keefer CH, Super CM. Culture and ethnicity. In: Levine MD, Carey WB, Crocker AC, eds. *Developmental-behavioral pediatrics*. 4th ed. New York, NY: W. B. Saunders; 2009: 182-191.